

A Crise do Marxismo e o levante da juventude em Moçambique

BOAVENTURA MONJANE

RESUMO: Moçambique, outrora um farol da ideologia marxista-leninista, vive uma profunda crise marcada por um levante juvenil ideologicamente eclético, iniciado em Março de 2023 e intensificado após as eleições de 2024, tendo como figura de proa o controverso Venâncio Mondlane. Este artigo analisa a conjuntura, questionando o futuro da política económica e externa do país e o possível regresso – ou ruptura – com a sua tradição socialista pós-independência.

PALAVRAS-CHAVE: Moçambique. Marxismo. Levante juvenil. Ecletismo político. Cooperação internacional.



The crisis of Marxism and the Youth Uprising in Mozambique

ABSTRACT: Mozambique, once a beacon of Marxist-Leninist ideology, is currently undergoing a profound crisis marked by an ideologically eclectic youth uprising that began in March 2023 and intensified following the 2024 elections, with the controversial Venâncio Mondlane as its leading figure. This article analyses the current political conjuncture, interrogating the future of the country's economic and foreign policy, and the potential return to – or rupture with – its post-independence socialist tradition.

KEYWORDS: Mozambique. Marxism. Youth Uprising. Political Eclecticism. International Cooperation.

BOAVENTURA MONJANE

Doutor em Sociologia (Pós-Colonialismos e Cidadania Global) pela Faculdade de Economia e pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal); Investigador no Institute for Poverty, Land and Agrarian Studies, University of the Western Cape (África do Sul); Pós-doutorando no Corporate Accountability Research Group da National University of Political Studies and Public Administration (SNSPA) (Roménia).

E-mail: boa.monjane@gmail.com

DATA DE ENVIO: 10/03/2025

DATA DE APROVAÇÃO: 12/04/2025

1 Introdução

Não obstante as divergências políticas e ideológicas entre as diferentes alas da liderança do movimento Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) após a sua fundação em 1962, o marxismo-leninismo afirmou-se como a ideologia dominante durante a luta de libertação nacional, orientando igualmente o projeto político do governo liderado pela FRELIMO aquando da independência de Moçambique em 1975. A luta anticolonial moçambicana foi profundamente influenciada pelo marxismo-leninismo, que colocava a luta de classes e o movimento de libertação nacional no centro do processo revolucionário (Isaacman; Isaacman, 1983). A FRELIMO adotou os princípios do marxismo não apenas como resposta à exploração colonial, mas também como expressão de uma visão mais abrangente de transformação socialista no período pós-independência (Henriksen, 1978).

A orientação marxista-leninista da FRELIMO não perdurou por mais de uma década, tendo sido alvo de resistências internas – e externas – desde os seus primórdios. A opção marxista do governo moçambicano da FRELIMO tornou o país um alvo de desestabilização por parte do regime de Ian Smith, na então Rodésia (actual Zimbabué), do regime do apartheid na África do Sul, dos Estados Unidos e de aliados ocidentais, particularmente no contexto da contenção do avanço do comunismo na África Austral. O projeto socialista começou a desmoronar quando o governo de Samora Machel assinou acordos com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, no final da década de 1980. Argumenta-se que os fatores externos aceleraram e exploraram dinâmicas e tensões internas, como as associadas à guerra civil. Embora seja verdade que políticas económicas como a colectivização, especialmente no sector agrícola, geraram resistência, foi sobretudo a agenda anticomunista do Ocidente que potenciou e fortaleceu as condições que – é verdade – já existiam para a insurgência armada iniciada pela Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO).¹

1 Isto não retira o fato de que a RENAMO gozou, ao longo do tempo, de uma aceitação popular significativa.

Existe uma vasta literatura que analisa este período, oferecendo uma diversidade de interpretações sobre as causas da guerra, as contradições das políticas socialistas da FRELIMO, o conflito civil, entre outros temas (Ottaway, 1988; Huffman, 1992; O’laughlin, 1996; Bowen, 2000; Saul2005; Maloa, 2011). Contudo, há um consenso em torno da ideia de que a adoção do neoliberalismo em Moçambique marcou o início de uma nova fase política e económica, que pode ser parcialmente identificada como um dos fatores determinantes da atual crise que o país atravessa (Paraskeva, 2009; Sumich, 2008; Hanlon, 2010; Dimon, 2016; Monjane, 2021; Castel-Branco; Greco, 2022). Os sucessivos governos da FRELIMO têm navegado este processo de transformação neoliberal, respondendo simultaneamente às dinâmicas, lutas e disputas internas, bem como às pressões e tendências do contexto global.

Este artigo analisa o momento atual da vida política moçambicana, com particular atenção à crise que antecedeu, mas que atingiu o seu ponto mais alto após as eleições gerais (presidenciais e legislativas) de outubro de 2024. Embora a alegada fraude eleitoral tenha sido amplamente destacada, sobretudo pelos meios de comunicação social (Melo, 2024; Lusa, 2024), esta crise tem raízes mais profundas, ligadas a um período prolongado de exclusão social das grandes maiorias populares, em especial da juventude. O artigo olha para essa crise político-ideológica, explorando as suas dinâmicas e implicações. Parte de três questões fundamentais: quais são os traços distintivos do presente momento político, marcado pela emergência de novos atores e pela crescente exigência, por parte da juventude, de uma reorientação da política económica? Como interpretar o imaginário político que sustenta as atuais disputas pelo poder? E até que ponto este novo ciclo poderá favorecer – ou contrariar – uma política externa inspirada no marxismo, em continuidade ou ruptura com a tradição socialista que orientou o posicionamento internacional de Moçambique durante a luta de libertação nacional e nos primeiros anos após a independência?

O artigo está estruturado em cinco secções. Após esta introdução, apresenta-se uma breve visão panorâmica da desigualdade em Moçambique, analisando as consequências do neoliberalismo

tanto como causa originária como enquanto elemento estrutural na reprodução das desigualdades sociais. Esta análise parte do modelo de acumulação dominante no país, que é não apenas neoliberal, mas também permissivo à concentração obscena de riqueza. A terceira secção centra-se no levante juvenil, impulsionado pelo movimento cultural, em particular pelo rap/hip-hop, cuja expressão mais influente foi o rapper Azagaia. Este movimento cultural acabou por ser instrumentalizado por diversos atores políticos, sendo o político Venâncio Mondlane aquele que mais capitalizou politicamente, conseguindo captar a imaginação de uma juventude moçambicana já sedenta de mudança. A última secção, antes da conclusão, examina as potencialidades, mas sobretudo as contradições deste levante juvenil e da sua “liderança”, procurando simultaneamente refletir sobre os ensinamentos que este novo ciclo político oferece e em que medida poderá favorecer ou contrariar uma política externa de inspiração marxista, seja dando continuidade ou rompendo com a tradição socialista que moldou o posicionamento internacional de Moçambique durante a luta de libertação nacional e nos primeiros anos após a independência.

2 À raiz da crise moçambicana: neoliberalismo e a institucionalização da exclusão

Desde a consolidação do neoliberalismo como eixo orientador da política económica em Moçambique, sob a promessa de eficiência, modernização e crescimento sustentado, o país registou indicadores macroeconómicos assinaláveis – nomeadamente uma taxa média de crescimento económico ligeiramente superior a 7% durante a primeira década do século XXI (Castel-Branco, 2014). Contudo, tais indicadores ocultam fragilidades estruturais persistentes no modelo de desenvolvimento adotado. A narrativa neoliberal, ancorada na liberalização do mercado, na desregulação económica e na atracção de investimento externo direto, não se traduziu numa reconfiguração equitativa da economia nacional. A ausência de mecanismos eficazes de redistribuição da riqueza, aliada à estagnação do processo de industrialização e à concentração produtiva em setores historicamente vulneráveis,

resultou na manutenção de profundas desigualdades sociais e territoriais. A riqueza extraída nos grandes empreendimentos do sector dos recursos naturais raramente se materializou em benefícios tangíveis para as populações nas zonas rurais e periféricas, onde a pobreza continua a ser uma realidade quotidiana. O denominado “boom” dos recursos naturais, ocorrido na primeira década do milénio, longe de catalisar uma transformação estrutural da economia moçambicana (Macuane; Burr; Monjane, 2018), foi apropriado por dinâmicas exógenas e por sectores privilegiados das elites nacionais, que perpetuam um modelo de acumulação fortemente desigual e excludente. As receitas geradas por megaprojectos, em vez de impulsionarem uma economia nacional diversificada e resiliente, foram frequentemente absorvidas por esquemas de isenção fiscal e por acordos opacos, cuja transparência e impacto socioeconómico permanecem questionáveis (Macuane; Muianga, 2020). Em vez de representar uma ponte para uma economia inclusiva, participativa e ancorada na soberania nacional, o neoliberalismo assumiu, no caso moçambicano, a forma de uma encruzilhada que cristaliza processos de exclusão social e limita a concretização de um desenvolvimento orientado pelas necessidades das maiorias populares. O modelo adoptado revelou maior eficácia na produção de dados estatísticos favoráveis à narrativa de sucesso do crescimento económico do que na materialização concreta da dignidade socioeconómica da maioria da população.

Em 1990, Moçambique figurava entre os países mais pobres do mundo, com cerca de 80% da sua população vivendo em situação de pobreza. De acordo com Santos e Salvucci (2016), após o fim da guerra civil em 1992 e, especialmente, a partir do início do novo milénio, o país registrou um período de maior crescimento económico e estabilidade. Contudo, entre 2002 e 2003 e entre 2008 e 2009, o ritmo de redução da pobreza deixou de progredir, entrando num período de estagnação.

Os inquéritos ao orçamento familiar realizados em Moçambique desde 1996/97 indicam que a desigualdade – medida com base no consumo como principal indicador de bem-estar – registou um ligeiro aumento no início dos anos 2000, mantendo-se

praticamente estável até 2008/09. No entanto, os dados de 2014 a 2015 apontam para um crescimento significativamente mais acentuado da desigualdade no consumo, tendência que se agravou de forma ainda mais marcada entre 2014/15 e 2019/20 (Barletta et al., 2023).

A exclusão social já endêmica em Moçambique agravou-se significativamente com a crise económica desencadeada pela contração de dívidas odiosas pelo Estado moçambicano, situação que culminou numa efetiva bancarrota do país. Estas dívidas, contraídas à margem dos mecanismos democráticos e da transparência, não só comprometeram a capacidade soberana do Estado como aprofundaram as desigualdades estruturais, favorecendo a acumulação privada à custa de perdas sociais generalizadas.

Em 2013 teve lugar uma conspiração envolvendo banqueiros europeus, empresários sediados no Médio Oriente, bem como figuras políticas e altos quadros do Estado moçambicano, com o objetivo de concretizar um empréstimo no valor de 2 mil milhões de dólares norte-americanos ‘a favor’ de Moçambique. Segundo um estudo (Cortês et al., 2021), este montante é equivalente a cerca de 12% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, num dos países mais pobres do mundo. Este empréstimo foi contraído à margem do escrutínio público e em total sigilo.

Nenhum do dinheiro do empréstimo, excepto subornos, foi para Moçambique, nem foram criados serviços ou adquiridos equipamentos em benefício do povo moçambicano. Os efeitos colaterais de um escândalo de corrupção tão grande já podem ter custado a Moçambique USD 11 biliões – quase todo o PIB do país em 2016 – e quase 2 milhões de pessoas foram empurradas para a pobreza (Cortês et al., 2021, p. 6).

O estudo revela que dos fundos obtidos, nenhum valor – à exceção de subornos – beneficiou diretamente o país pois não foram prestados serviços nem adquiridos bens que favorecessem a população moçambicana.

Com impactos macroeconómicos inevitáveis (Mosca; Aiuba, 2017; Fobra; Mavundla, 2022), o escândalo das chamadas “dívidas ocultas” tornou-se amplamente conhecido, não apenas através

dos meios tradicionais de comunicação, mas também por via de um movimento cultural-musical que canalizou a indignação popular, especialmente entre a juventude moçambicana. Este movimento traduziu a revolta social em forma artística e sonora, denunciando a corrupção generalizada que manchou a reputação do governo e do partido FRELIMO. A expressão artística assumiu um papel central na massificação e visibilização da crítica política, transformando-se num instrumento poderoso de contestação e mobilização social.

Este fenômeno evidencia como a crise económica, longe de ser apenas um problema financeiro, é simultaneamente um problema político e cultural, moldando um novo imaginário de rejeição e luta contra a corrupção sistêmica que atravessa as estruturas de poder moçambicanas.

3 O levante da juventude

Durante décadas, a FRELIMO conseguiu construir e consolidar uma narrativa hegemônica segundo a qual os males estruturais do país – pobreza persistente, desigualdades gritantes e precariedade infraestrutural – são essencialmente heranças nefastas da guerra de desestabilização protagonizada pela RENAMO. Esta leitura histórica, amplamente reproduzida nos manuais escolares, nos discursos políticos e nos meios de comunicação públicos, atribuiu à RENAMO a culpa exclusiva pela destruição de escolas, hospitais, estradas e unidades produtivas, situando nesse passado traumático as razões para o presente inacabado.

No entanto, uma nova geração de moçambicanos – particularmente os nascidos a partir da década de 1990 e que atingiram a maioria num contexto pós-conflito – tem vindo a desestabilizar, por sua vez, essa própria narrativa. Com um olhar forjado não nas trincheiras da guerra, mas nas contradições do quotidiano urbano e na precariedade das promessas não cumpridas, estes jovens começam a questionar os fundamentos do discurso oficial. A experiência vivida da exclusão social, a erosão continuada de direitos básicos e o fosso entre o crescimento económico

anunciado e as condições de vida reais geram uma desconfiança crescente face à explicação única da guerra como causa de todos os males.

A percepção emergente aponta não apenas para a influência estrutural das políticas neoliberais implementadas desde o final dos anos 1980 como fator central na reprodução das desigualdades, mas também para o esvaziamento progressivo do ideal emancipador que orientou a luta de libertação nacional. Ao contrário das gerações anteriores, os jovens moçambicanos não têm, portanto, qualquer fidelidade histórica ao legado libertador da Frelimo; pelo contrário, encaram-no como um obstáculo ao seu progresso socioeconómico (Monjane, 2024). A reinterpretção crítica da memória histórica, frequentemente expressa nos espaços digitais e culturais urbanos, tem feito com que figuras outrora demonizadas, como Afonso Dhlakama, sejam reavaliadas por segmentos juvenis como símbolos de resistência contra a hegemonia política dominante. Como afirma um jovem da chamada “geração 18 de Março”: “Cresci a saber que a RENAMO e Dhlakama eram bandidos armados e desestabilizadores e que são responsáveis pela nossa pobreza. Agora me apercebo de que isso não é toda a verdade.”²

A Frelimo transformou-se, na visão de muitos jovens moçambicanos, numa elite governante sem prestação de contas, profundamente ligada a interesses corporativos e marcada por elevados níveis de corrupção (Hanlon, 2010). Esta mudança no imaginário político sinaliza uma rutura geracional que, embora ainda em formação, tem potencial para redefinir o campo das disputas políticas em Moçambique.

3.1 Azagaia e a geração 18 de Março

A morte do *rapper* moçambicano Azagaia, em Março de 2023, despoletou uma série de manifestações espontâneas por parte da juventude moçambicana em várias cidades do país, sobretudo na capital Maputo. Azagaia, natural de Maputo, faleceu na sua residência, em circunstâncias algo estranhas, tendo, segundo informações oficiais, sido atribuída a causa da morte a epilepsia. Ainda que

2 Entrevista realizada pelo autor em Maputo, em março de 2023.

formalmente se tratasse de homenagens fúnebres, essas manifestações materializaram um sentimento mais profundo de frustração acumulada face à exclusão social, ao desemprego persistente, à corrupção sistêmica e à alienação política da juventude. A mobilização em torno da figura do rapper revelou-se um catalisador de descontentamento coletivo que não encontrava expressão nas formas tradicionais de organização, tais como os partidos políticos e suas ligas juvenis, ou os movimentos sociais convencionais. Neste contexto, Azagaia emergiu como símbolo de um protesto geracional, cuja força residia não apenas na denúncia, mas na sua capacidade de questionar as verdades oficiais e de mobilizar afetivamente uma juventude cansada da retórica dominante.

Ao longo da sua trajetória artística, Azagaia – nome artístico de Edson da Luz – consolidou-se como um dos mais influentes críticos sociais do país. As suas músicas, como *As Mentiras da Verdade*,³ *Povo no Poder*⁴ e *A Marcha*,⁵ não apenas rompiam com os silêncios impostos pelo poder político, como também ofereciam um vocabulário alternativo para interpretar a realidade nacional. Através de uma linguagem direta, poética e combativa, as suas letras interpelavam a juventude de forma singular, ligando as frustrações quotidianas dos bairros periféricos às contradições estruturais do modelo económico neoliberal adotado pelo Estado moçambicano. Assim, a música de Azagaia funcionava simultaneamente como diagnóstico social e como instrumento de consciencialização política, expondo com clareza os limites da narrativa oficial que atribui exclusivamente à guerra civil as dificuldades vividas no presente.

A força do impacto de Azagaia não residia apenas no conteúdo político das suas letras, mas também na sua capacidade de gerar identificação. Ao contrário dos discursos distantes e institucionais das elites políticas, Azagaia falava a linguagem das ruas, dos bairros, das universidades públicas, onde a precariedade e o desencanto são palpáveis. É por isso que, ao falecer, o seu corpo

3 Ver Azagaia, 2018.

4 Ver Azagaia, 2011.

5 Ver Azagaia, 2015.

tornou-se também o corpo simbólico de uma geração sem voz nos espaços formais de representação política. A repressão violenta das marchas de homenagem por parte das autoridades reforçou o sentimento de ruptura entre o Estado e uma parte significativa da juventude, consolidando ainda mais a imagem de Azagaia como mártir e referência política. Esta juventude, muitas vezes designada como “*Geração 18 de Março*”,⁶ encontrou na memória e legado do rapper um horizonte de politização que escapava aos mecanismos tradicionais de mobilização e controle social.

Neste cenário, importa reconhecer que o levante juvenil de Março de 2023 não foi um fenómeno efêmero ou meramente emocional, mas sim um sintoma visível de transformações mais profundas no campo político moçambicano. O progressivo distanciamento entre as novas gerações e a narrativa histórica dominante – que atribui de forma simplista os problemas atuais à guerra de desestabilização promovida pela RENAMO – tem gerado novas leituras sobre a pobreza, a desigualdade e a exclusão. Para muitos jovens, as causas destas problemáticas são hoje associadas às políticas económicas adotadas no pós-guerra, à captura do Estado por elites, e à ausência de redistribuição efetiva da riqueza gerada por megaprojectos. A música de Azagaia antecipou e verbalizou esse mal-estar, oferecendo não apenas crítica, mas também um chamamento à ação. Nesse sentido, o seu legado ultrapassa o domínio cultural, projetando-se como expressão de uma nova consciência política em formação.

Importa salientar que o descontentamento da juventude moçambicana assumiu igualmente outras formas de expressão, nomeadamente através da insurgência armada protagonizada pelos autoproclamados Al-Shabab,⁷ no norte do país, concretamente na província de Cabo Delgado (Feijó; Maquenzi, 2019; Bonate, 2022) que também se expandiu por Nampula e

6 A Geração 18 de Março é um segmento da juventude moçambicana que se politizou em torno das manifestações de homenagem ao rapper Azagaia, realizadas em 18 de março de 2023.

7 Os *Al-Shabab* têm uma orientação ideológica ancorada na liderança do Ansar al-Sunna e na rejeição do Estado laico, avocando pelo estabelecimento de um Estado islâmico.

Niassa (Forquilha; Pereira, 2021) bem como pela emergência dos *Naparama*⁸ sobretudo na província de Nampula e Cabo Delgado. Ambos os fenômenos têm origem em setores rurais e camponeses, refletindo dinâmicas específicas de exclusão e resistência em contextos periféricos.

Diversos atores políticos da oposição, bem como organizações da sociedade civil, procuraram tirar proveito político do momento de mobilização e politização protagonizado pela juventude que se erguia e ocupava as ruas. Entre eles, conforme já referido, destacou-se Venâncio Mondlane como aquele que mais capitalizou politicamente o levante da juventude de 18 de março.

3.2 A emergência do *Venancismo*

As eleições presidenciais contestadas de Outubro de 2024 em Moçambique catalisaram uma profunda crise política, trazendo a juventude, uma vez mais, para a linha da frente da resistência contra o partido Frelimo, que se encontra no poder há várias décadas. Venâncio Mondlane, ex-candidato presidencial, emergiu como líder simbólico desta insurgência juvenil, corporizando as frustrações de uma geração desiludida com um regime enraizado, incapaz de garantir oportunidades económicas e de assegurar a integridade democrática.

A formação política de Venâncio Mondlane ocorreu no seio da FRELIMO, partido onde o seu pai desempenhou um papel de destaque, tendo ocupado cargos de elevada responsabilidade em empresas públicas, incluindo a EMOSE, a maior seguradora estatal moçambicana. Mais tarde, Mondlane transitou para o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), no qual exerceu funções como deputado na Assembleia da República. Contudo, divergências com a liderança do MDM levaram à sua saída do partido.

Posteriormente, Mondlane ingressou na RENAMO, onde manteve o seu mandato parlamentar. A sua trajetória nesta formação

8 Os *Naparama* é uma milícia local que ressurgiu em 2022 com o objetivo de combater insurgentes na província de Cabo Delgado. Esta organização tem raízes numa antecessora igualmente conhecida pelo mesmo nome, a qual foi constituída no final da década de 1980 para apoiar a Frelimo durante a guerra civil moçambicana, enfrentando as forças da RENAMO.

foi igualmente marcada por tensões com a direcção partidária, sobretudo em torno da sua ambição de se tornar presidente da RENAMO e candidato às eleições presidenciais por este partido. Perante o impasse, e após abandonar o partido, foi acolhido pela Coligação Aliança Democrática (CAD), um agrupamento de partidos políticos não representados no parlamento, que em 2019 havia igualmente apoiado a candidatura da activista social e advogada Alice Mabota, a qual viria a ser rejeitada, supostamente devido a irregularidades no processo de candidatura.

A inscrição da CAD como partido concorrente foi rejeitada pela Comissão Nacional de Eleições, decisão que viria a ser posteriormente confirmada pelo Conselho Constitucional, embora a inscrição de Venâncio Mondlane, como candidato presidencial, tinha já sido aprovada.

Com a impossibilidade de concorrer através do CAD, a candidatura de Mondlane foi acolhida por um partido político pouco conhecido – o PODEMOS – fundado por dissidentes da FRELIMO, entre os quais se destaca Samora Machel Júnior, filho do primeiro presidente de Moçambique, Samora Machel. Os resultados oficiais das eleições deram a vitória a Daniel Chapo, candidato da FRELIMO e atual presidente. Todavia, Mondlane rejeitou tais resultados, acusando a Comissão Nacional de Eleições e, em última instância, o Conselho Constitucional, de fraude eleitoral. Em resposta, mobilizou a sociedade e sobretudo a juventude, que já vinha protagonizando manifestações nas ruas das principais cidades do país desde 2023. Os protestos, marcados por focos de violência e reprimidos veementemente pelo Estado⁹, paralisaram o país durante cerca de três meses, até meados de Janeiro de 2025, altura em que Daniel Chapo foi oficialmente investido como Presidente.

Embora Mondlane tenha conseguido galvanizar o apoio da juventude, o seu discurso – fortemente marcado por uma retórica anti-marxista e anti-socialista – levanta interrogações relevantes

9 Segundo dados da plataforma eleitoral *Decide*, uma organização não-governamental moçambicana, os protestos pós-eleitorais iniciados a 21 de Outubro resultaram, até ao momento, em pelo menos 361 mortos e mais de 750 pessoas feridas por disparos de arma de fogo.

quanto à orientação ideológica do movimento juvenil que se levanta e às suas implicações no contexto mais amplo das lutas globais contra o capitalismo e o neocolonialismo.

4 O interregno moçambicano

Num contexto marcado pela emergência de novos atores políticos, como Venâncio Mondlane, e pela mobilização crescente da juventude em torno de exigências de reorganização da política económica, o cenário político moçambicano indica a iminência de transformações significativas. É consensual afirmar que, após a actual crise política, Moçambique jamais voltará a ser o mesmo. Este novo ciclo levanta questões sobre os sentidos e disputas em torno do poder, o imaginário político em formação e os possíveis rumos da política externa do país – entre a recuperação de referências socialistas do pós-independência e o afastamento definitivo dessa tradição. É neste contexto de incerteza e transição que se torna pertinente pensar o presente como um interregno (Gramsci, 1992; Monjane, 2025).

De acordo com Antonio Gramsci (1992), o interregno é um período de crise histórica em que a ordem dominante perde a sua legitimidade e capacidade de liderança, mas uma nova ordem ainda não se consolidou. É um tempo de transição em que “o velho está a morrer e o novo não pode nascer”, criando um vazio de poder e instabilidade, frequentemente marcado por fenómenos patológicos – como o aumento da violência, do autoritarismo ou de soluções políticas regressivas. Tal parece ser o caso moçambicano, tal como se manifesta na actual crise e conjuntura política.

O ‘vazio’ político gerado pelo esgotamento da FRELIMO, incapaz de dar resposta à premente questão da exclusão social endémica em Moçambique, procura ser ocupado por aquilo a que aqui se denomina *Venancismo*. Embora liderado por Venâncio Mondlane, este movimento não foi iniciado por ele, nem se esgota na sua figura: trata-se de uma dinâmica sociopolítica mais ampla, que exprime o descontentamento popular e a procura de alternativas perante a crise de representação do regime vigente.

Mondlane conseguiu, com algum êxito, posicionar-se como uma alternativa política à FRELIMO, ao canalizar o descontentamento e a sede de mudança por parte da juventude moçambicana. No entanto, a sua abordagem ideológica suscita sérias reservas quanto ao seu potencial transformador numa perspetiva progressista, sobretudo devido às contradições ideológicas que marcam tanto o seu discurso como, de forma mais ampla, o campo juvenil que mobiliza.

Importa sublinhar que, até ao momento, não foi realizado qualquer inquérito sistemático que permita aferir as variações ou filiações ideológicas da juventude que protagonizou a chamada “geração 18 de Março”. O que se pode, contudo, afirmar é que este movimento juvenil se caracteriza por um certo ecletismo político, que aqui denomino de “*daltonismo ideológico*”, traduzido numa aparente falta de coerência política ou programática: celebram e citam Azagaia, veneram acriticamente Afonso Dhlakama – chegando a sugerir, por vezes, a edificação de uma estátua sua enquanto herói nacional – e, simultaneamente, apoiam Venâncio Mondlane. Para além de estes três referentes não partilharem uma orientação político-ideológica comum, o próprio Venâncio Mondlane – que se diz de centro-direita – expressa-se através de um discurso marcado por contradições significativas.

O seu discurso apresenta a corrupção da Frelimo como resultado do socialismo, equiparando a governação inspirada no marxismo à estagnação económica e ao autoritarismo. Esta estratégia discursiva alinha-se com o ressurgimento global de sentimentos antissocialistas, particularmente em regiões onde movimentos socialistas e marxistas desafiaram historicamente a hegemonia capitalista.

Ao atacar o marxismo, Mondlane obscurece – de forma inadvertida e estratégica – a verdadeira natureza da economia política da Frelimo. O partido há muito abandonou os princípios socialistas, adoptando um modelo de desenvolvimento neoliberal que privilegia o investimento estrangeiro e as indústrias extrativas, em detrimento do bem-estar social (Pitcher, 2002). O Estado moçambicano tem sido cada vez mais capturado por corporações multinacionais, sobretudo nos sectores do carvão e mais recentemente do gás natural, o que tem aprofundado as desigualdades

socioeconómicas. Assim, a associação que Mondlane faz entre os fracassos da Frelimo e o socialismo é não só historicamente imprecisa como também ideologicamente desarmante, impedindo a juventude de abraçar uma crítica radical ao capitalismo neoliberal.

A posição antimarxista de Mondlane não é um fenómeno isolado, mas parte de uma tendência mais ampla de discurso antissocialista que tem ganhado força a nível global. Em várias partes de África, as revoltas lideradas por jovens carecem frequentemente de coerência ideológica, apesar das suas reivindicações vigorosas por soberania e justiça. A recente vaga de protestos anti-França na África Ocidental, por exemplo, tem sido impulsionada por sentimento nacionalista, e embora isso seja por si uma posição ideológica, por outro lado são geralmente incapazes de articular uma crítica estruturada ao capitalismo. Estes movimentos exigem a expulsão das forças militares francesas e a reavaliação das relações económicas com potências ocidentais, mas nem sempre articulam um projecto ideológico claro para alcançar a autodeterminação económica (Monjane, 2023).

Embora, como já referimos, a Frelimo não possa ser propriamente classificada como uma organização marxista, é igualmente verdade que a esquerda mundial atravessa uma crise profunda. Mesmo entre dirigentes tradicionalmente identificados com este campo político, observa-se uma crescente dissonância entre o discurso e a prática, revelando-se cada vez mais comum a adoção de posições políticas que contradizem os princípios ideológicos que ostensivamente professam. É cada vez mais frequente a figura do líder que professa ideias progressistas, mas cuja atuação concreta se alinha com orientações de carácter conservador ou neoliberal. O caso do Brasil constitui um exemplo elucidativo dessa contradição. Apesar de o atual governo brasileiro ser amplamente reconhecido como pertencente ao espectro da esquerda e de manter uma relação histórica com movimentos sociais e populares, a sua postura na arena geopolítica internacional revela ambivalências significativas. Uma das manifestações mais evidentes dessa incongruência prende-se com a posição diplomática em relação à situação na Palestina: embora o governo brasileiro declare publicamente a sua condenação ao genocídio perpetrado por Israel, tem evitado

adoptar medidas diplomáticas firmes ou romper relações, o que fragiliza a coerência do seu posicionamento ético e político.

Voltando para Moçambique: Venâncio Mondlane adotou uma “diplomacia do som” ao publicitar ativamente as suas prioridades diplomáticas e de cooperação. Durante a preparação da sua campanha presidencial, manifestou-se de forma particularmente vocal e sem rodeios quanto à sua intenção de estabelecer laços com o que denominou de partidos políticos “sérios” a nível internacional. Como parte deste esforço, viajou para a Europa, nomeadamente para Portugal, Alemanha e Suécia (AIM, 2024).

Em Portugal, reuniu-se com o partido de direita CHEGA, o que suscitou fortes críticas por parte da esquerda. Manteve igualmente encontros com o Partido Social Democrata (PSD), de centro-direita. Na Alemanha e na Suécia, Mondlane continuou a aproximar-se de partidos e líderes políticos da mesma orientação, clarificando ainda mais o seu posicionamento ideológico. Os seus elogios públicos a Jair Bolsonaro, no Brasil, e ao então ex-presidente dos EUA, Donald Trump, reforçaram esta posição.

Mais recentemente, contudo, Mondlane parece ter moderado o seu discurso. Em março de 2025, reuniu-se com o ex-presidente do Botswana, Ian Seretse Khama, e com o líder dos Economic Freedom Fighters (EFF) da África do Sul, Julius Malema. Estas figuras são, em geral, consideradas como pertencentes ao espectro da esquerda, sobretudo Malema.

Apesar dos claros sinais de desgaste do regime dominante e do aprofundamento das contradições estruturais do modelo económico e político moçambicano, o momento atual não garante, por si só, o nascimento de uma nova alternativa transformadora. Moçambique encontra-se num interregno gramsciano: o velho ainda não morreu, mas o novo luta por nascer. A emergência de actores políticos como Venâncio Mondlane e a mobilização crescente da juventude urbana revelam um desejo difuso de mudança. No entanto, esta dinâmica continua envolta em incertezas, dada a natureza ecleticamente ideológica da juventude e as ambiguidades programáticas de Mondlane, cuja trajectória e discurso oscilam entre o reformismo liberal e apelos genéricos à justiça social, sem uma ruptura clara com a lógica neoliberal.

5 Conclusões

A Frelimo, outrora destacada defensora do marxismo-leninismo e precursora de um projecto socialista, há muito abandonou os seus compromissos ideológicos em favor de um conjunto de políticas orientadas para a facilitação da acumulação capitalista – tanto das elites nacionais como do capital internacional –, em claro detrimento da justiça social. Esta viragem ideológica foi acompanhada por uma transformação demográfica e geracional que teve o efeito nefasto de despolitizar o debate público.

Paradoxalmente, apesar de já não perseguir um projecto socialista, a Frelimo continua a ser amplamente associada a essa tradição, sendo frequentemente – e de forma incorreta – responsabilizada pelas desigualdades sociais actuais e pela exclusão da juventude por ser supostamente um partido ‘socialista’. Esta associação, proferida por Venâncio Mondlane e amplamente reproduzida pela oposição em geral, ignora o fato de que a trajectória de desigualdade e marginalização se intensificou precisamente com o desmantelamento do projecto socialista. O processo de neoliberalização, iniciado com os Programas de Ajustamento Estrutural na década de 1980 e prolongado ao longo da era pós-Guerra Fria, representou uma ruptura com os ideais de justiça social e de soberania popular que haviam animado o período revolucionário.

A responsabilização do socialismo pelas crises actuais, e não do seu abandono, revela não apenas um défice de leitura histórica, mas também um bloqueio ideológico que limita a compreensão, por parte da juventude rebelde, das causas estruturais do presente impasse. A memória do projecto socialista – com todas as suas limitações, mas também com os seus avanços concretos – permanece, assim, obscurecida, impedindo a formulação de alternativas emancipadoras enraizadas nas lutas históricas do povo moçambicano.

As revoltas juvenis lideradas por Venâncio Mondlane surgem como reacção ao autoritarismo enraizado da Frelimo (Monjane; Bruna, 2019) e à má gestão económica, assinalando um momento crucial na história do país. Contudo, a ausência de coerência ideológica no seio do movimento juvenil, aliada à destruição metódica de toda a linguagem socialista, por parte da oposição política,

coloca em risco esta oportunidade única de construir uma alternativa radical à dominação neoliberal. Alcançar esse objectivo exigirá uma rutura consciente com a *daltonismo ideológica* que tem marcado a política moçambicana no geral e a juventude moçambicana em particular, bem como um compromisso concreto com a construção de uma alternativa política que confronte – em vez de colaborar com – as exigências do capitalismo neoliberal. Na ausência deste enquadramento, o movimento juvenil corre o risco de se tornar apenas mais um fenómeno efémero, acabando por legitimar os próprios sistemas que afirma querer desmontar, ou ainda, ser mobilizado para políticas de direita.

As forças progressistas – atualmente fragmentadas, desarticuladas e com escassa expressão orgânica no seio das massas – enfrentam uma responsabilidade histórica inadiável. Juntamente com os movimentos sociais, sindicatos combativos e outras forças vivas da sociedade civil, impõe-se-lhes a tarefa de disputar o terreno político e ideológico neste momento de profunda crise de hegemonia. Esta conjuntura abre uma janela rara de possibilidades para reconfigurar o campo político moçambicano, mas que, se não for conscientemente aproveitada, poderá ser capturada por forças populistas e regressivas que se apresentam como alternativas, mas cuja prática reforça, em última instância, a ordem dominante.

O perigo é evidente: em nome do combate ao “socialismo” – erroneamente identificado com a FRELIMO – sectores da juventude desiludida podem ser arrastados para projectos políticos reaccionários que mascaram a reprodução do mesmo sistema de exploração capitalista sob nova roupagem. Neste contexto, é essencial desmistificar a falsa equivalência entre o socialismo e o autoritarismo neoliberal implementado pela FRELIMO nas últimas décadas. A crítica marxista revela que o abandono do projecto socialista original e a adoção das políticas de ajuste estrutural foram fatores centrais para a destruição das bases de soberania económica, justiça social e controle democrático popular.

Retomar o horizonte socialista exige, assim, não apenas denunciar o capital e seus agentes internos, mas reconstruir um projecto político com base na organização autónoma da classe trabalhadora, nos saberes acumulados das lutas históricas e numa leitura

materialista das contradições da sociedade moçambicana. Só um programa revolucionário enraizado nas necessidades concretas do povo – e não nos cálculos eleitorais de elites desgastadas – poderá canalizar a energia da juventude para uma transformação estrutural da ordem existente, guiada pelos princípios do internacionalismo, da justiça redistributiva e do controlo democrático dos meios de produção.

A disputa pelo poder em Moçambique está, em parte, enraizada numa luta pelo controlo da memória histórica. O socialismo do período pós-independência, embora esvaziado pela FRELIMO no plano prático, ainda ressoa simbolicamente como promessa de soberania, equidade e autodeterminação. A política externa do país, durante a luta de libertação e nos primeiros anos de independência, estava ancorada numa solidariedade anti-imperialista e num posicionamento do Sul Global. O atual realinhamento geopolítico – com a ascensão da China, o declínio relativo da hegemonia ocidental e o ressurgimento de blocos alternativos – abre espaço para Moçambique reconfigurar a sua inserção internacional. No entanto, tal ruptura dependerá da constituição de um novo bloco histórico interno com vocação transformadora, capaz de articular uma política externa de classe, alicerçada em princípios internacionalistas e anticapitalistas.

REFERÊNCIAS

AZAGAIA. **As mentiras da verdade**. YouTube: RAP LUSO VIVE AQUI!, 8 jul. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XPSjH2_oFSo>. Acesso em: 12 ago. 2025.

AZAGAIA. **A marcha**. YouTube: O Radamanto, 12 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=K5CZE9IKVM>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

AZAGAIA. **Povo no poder**. YouTube: galeguia, 11 set. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=s6nvZgx-5HQ>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

BARLETTA, Giulia; IBRAIMO, Maimuna; SALVUCCI, Vincenzo; SARMENTO, Enilde; TARP, Finn. **A evolução da desigualdade em Moçambique 1996/97-2019/20**. Maputo: Ministério da Economia e Finanças, 2023. (MEF Discussion Paper, 2023/1).

BONATE, Liazat J. K. O jihadismo transnacional e a insurgência em Cabo Delgado, Moçambique. **Afro-Ásia**, n. 65, p. 519-553, 2022.

BOWEN, Merle L. **The state against the peasantry**: Rural struggles in colonial and postcolonial Mozambique. Charlottesville: University of Virginia Press, 2000.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. **Review of African Political Economy**, v. 41, supl. 1, p. S26-S48, 2014.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; GRECO, Elisa. Mozambique – Neither miracle nor mirage. **Review of African Political Economy**, v. 49, n. 171, p. 1-10, 2022.

CORTÊS, Edson; ORRE, Aslak; et al. **Custos e consequências das dívidas ocultas para Moçambique**. Bergen; Maputo: Chr. Michelsen Institute, 2021. 144 p. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/11250/2987484>>. Acesso em 3 jun. 2025

DIMON, Joshua Shaw. **Neoliberalism, gas and livelihoods in northern coastal Mozambique**: a real-time analysis of the management of dissent. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of California, Berkeley, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Prison notebooks**. Tradução de Joseph A. Buttigieg. New York: Columbia University Press, 1992. 3 v.

ISAACMAN, B.; ISAACMAN, A. **Mozambique**: From Colonialism to Revolution, 1900-1982. Londres: Routledge, 1983.

FEIJÓ, João; MAQUENZI, Jerry. O processo de insurgência armada em Cabo Delgado. **Observatório do meio rural** – Destaque Rural, n. 64, p. 1-9, 2019. Disponível em: <<https://omrmz.org/wp-content/uploads/DR-64.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

FOBRA, Diana da Otilia Manuel; MAVUNDLA, Lucio Daniel. Impacto de variáveis macroeconómicas e as dívidas ocultas no Sentimento de Mercado. **REVES** – Revista Relações Sociais, v. 5, n. 4, p. 1-17, 2022.

FORQUILHA, Salvador; PEREIRA, João. Afinal, não é só Cabo Delgado! Dinâmicas da insurgência em Nampula e Niassa. **IDeIAS**, n. 138. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), 2021.

HANLON, Joseph. Mozambique: the war ended 17 years ago, but we are still poor. **Conflict, Security & Development**, v. 10, n. 1, p. 77-102, 2010.

HENRIKSEN, Thomas H. Marxism and Mozambique. **African Affairs**, v. 77, n. 309, p. 441-462, 1978.

HUFFMAN, Robert T. Colonialism, socialism and destabilization in Mozambique. **Africa Today**, v. 39, n. 4, p. 9-27, 1992.

LUSA. Histórico da Frelimo critica “fraude eleitoral” e “desprezo” pela vida. **RTP Notícias**, 2024. Disponível em: <https://www.rtp.pt/noticias/mundo/historico-da-frelimo-critica-fraude-eleitoral-e-desprezo-pela-vida_n1616570>.

MACUANE, José Jaime; BUUR, Lars; MONJANE, Celso Marcos. Power, conflict and natural resources: The Mozambican crisis revisited. **African Affairs**, v. 117, n. 468, p. 415-438, 2018.

MACUANE, José Jaime; MUIANGA, Carlos. Recursos naturais, instituições e transformação económica em Moçambique. **WIDER Working Paper**, 2020/136, out. 2020. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/10/wp2020-136_JJM-CM-PT.pdf>. Acesso em 15 mai. 2025.

MALOA, Joaquim Miranda. O lugar do marxismo em Moçambique: 1975-1994. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 122, p. 85-92, 2011.

MELO, Thiago. Moçambique: Seis “fraudes” mancham as eleições gerais. **DW África**, 2024. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-seis-fraudes-mancham-as-elei%C3%A7%C3%B5es-gerais/a-70502464>>. Acesso em 28 mai. 2025.

MONJANE, B.; BRUNA, N. Confronting agrarian authoritarianism: dynamics of resistance to PROSAVANA in Mozambique. **The Journal of Peasant Studies**, v. 47, n. 1, p. 69-94, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/03066150.2019.1671357>>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MONJANE, Boaventura Eugénio. **Rural Struggles and Emancipation in Southern Africa: Agrarian Neoliberalism, Rural Politics and Agrarian Movements in Mozambique, South Africa and Zimbabwe.** 2021. Tese (Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2021.

MONJANE, Boaventura. Mozambique on the Brink: Post-Election Crisis and Youth-Led Uprising for Change. **Amandla!**, 8 nov. 2024. Disponível em: <<https://www.amandla.org.za/mozambique-on-the-brink-post-election-crisis-and-youth-led-uprising-for-change/>>. Acesso em: 30 mai. 2025.

MONJANE, Boaventura. **O interregno Moçambicano:** Ensaio sobre a crise política e o futuro da democracia. Maputo: Ethale Publishing, 2025

MOSCA, João; AIUBA, Rabia. **Conjuntura económica da crise das dívidas ocultas.** Fórum de Monitoria do Orçamento. Maputo, n. 2, p. 1-7, 2017.

O'LAUGHLIN, Bridget. Through a divided glass: Dualism, class and the agrarian question in Mozambique. **The Journal of Peasant Studies**, v. 23, n. 4, p. 1-39, 1996.

OTTAWAY, Marina. Mozambique: from symbolic socialism to symbolic reform. **The Journal of Modern African Studies**, v. 26, n. 2, p. 211-226, 1988.

PARASKEVA, João M. Mozambique: Neocolonialism and the remasculinization of democracy. In: KAPELUS, Peter; TIKLY, Leon; LINDSAY, Geoff (org.). **The Developing World and State Education.** London: Routledge, 2009, p. 219-237.

PITCHER, M. Anne. **Transforming Mozambique: the politics of privatization (1975–2000).** Cambridge: **Cambridge University Press**, v. 104, 2002.

SANTOS, Ricardo; SALVUCCI, Vincenzo. **Pobreza em Moçambique** – progresso significativo, mas os desafios permanecem. Policy Brief, n. 6. Helsinki: UNU-WIDER – United Nations University World Institute for Development Economics Research, 2016.

SAUL, John S. Eduardo Mondlane & the rise & fall of Mozambican Socialism. **Review of African Political Economy**, v. 32, n. 104-105, p. 309-315, 2005.

SAUL, John S. Mozambique: the failure of socialism? **Transformation**, n. 14, p. 1-16, 1991.

SUMICH, Jason. Modernisation redirected: Socialism, liberalism and the national elite in Mozambique. **Cambridge Anthropology**, v. 28, n. 2, p. 1-23, 2008.